

Marcelo Ramos Peregrino Ferreira

O CONTROLE DE
CONVENCIONALIDADE
DA LEI DA FICHA LIMPA

Direitos Políticos e Inelegibilidades

3ª edição

Prefácio: Flávia Piovesan

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2020

Copyright © 2020 by Marcelo Ramos Peregrino Ferreira

Categoria: Direito Eleitoral

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F383c

Ferreira, Marcelo Ramos Peregrino

O controle de convencionalidade da Lei da Ficha Limpa : direitos políticos e inelegibilidades / Marcelo Ramos Peregrino Ferreira. – 3. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

328 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 271-297.

ISBN 978-85-519-1759-6

1. Direito eleitoral. 2. Controle de convencionalidade. 3. Lei da Ficha Limpa. 4. Tratados. 5. Direitos políticos. I. Título.

CDD 342

1176793

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 - O Devido Processo Legal, os Direitos Políticos no Ordenamento Constitucional Brasileiro	3
1.1 As Constituições Brasileiras	3
1.2 A Constituição de 1988	20
1.2.1 O Devido Processo Legal e a Constituição de 1988.....	20
1.2.2 A Proporcionalidade e Razoabilidade.....	23
1.2.3 Os Direitos Políticos na Constituição de 1988.....	27
Capítulo 2 - A Constituição Brasileira e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	39
2.1 A Natureza e a Hierarquia dos Tratados de Direitos Humanos.....	49
2.1.1 A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	58
2.1.2 A Emenda nº 45/04 e seu Impacto no Debate sobre a Natureza dos Tratados de Direitos Humanos.....	61
2.2 As duas ordens de tratados de direitos humanos	63
2.3 O Princípio Pro Homine.....	71
Capítulo 3 – O Devido Processo Legal e o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.....	85
3.1 O Devido Processo Convencional e a Corte Interamericana	92
3.2 Os direitos políticos e a corte interamericana	101
Capítulo 4 – O Controle de Convencionalidade.....	135
4.1 O Controle Difuso de Convencionalidade	146
4.2 O Controle Concentrado de Convencionalidade	157

Capítulo 5 – A Lei Complementar n. 135/10.....	165
5.1 AS Novas Inelegibilidades.....	169
5.2 O Controle Concentrado de Constitucionalidade da Lei nº 135/10 no Supremo Tribunal Federal	170
5.3 A possibilidade de restrição de direitos fundamentais na seara eleitoral.....	177
5.4 Controle de convencionalidade da lei complementar nº 135/10 em face do devido processo convencional e dos direitos políticos.....	181
5.4.1 O Procedimento.....	183
5.4.2 A Proibição de Retrocesso dos Direitos Políticos	184
5.4.3 A Presunção de Inocência e o Devido Processo Convencional.....	186
5.4.4 As Presunções	192
5.4.5 A Retroatividade.....	206
5.4.6 A Contagem dos Prazos de Inelegibilidade	216
5.4.7 A Lei das Inelegibilidades.....	218
5.5 Parâmetros convencionais para as consultas eleitorais	226
5.5.1 A Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	226
5.5.2 As Atividades Atípicas da Justiça Eleitoral: A Regulamentação e a Consulta	227
5.5.2.1 A regulamentação via resolução	227
5.5.2.2 As Consultas.....	232
5.5.3 A Jurisprudência do TSE.....	233
5.5.4 Casos Significativos.....	236
5.5.4.1 A fidelidade partidária: a “verticalização”	236
5.5.4.2 Interpretação do Artigo 73, § 10 da Lei N. 9.504/1997	237

5.5.4.3 Destinação dos recursos do fundo especial de financiamento de campanha e do tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV para política promocional das mulheres	238
5.5.5 A consulta no sistema interamericano	240
5.5.6 Panorama da jurisprudência da corte interamericana sobre opiniões consultivas	240
5.5.7 Critérios de admissão das opiniões consultivas	242
5.5.7.1 Não deve ocultar um caso contencioso	243
5.5.7.2 Impossibilidade de obter prematuramente um pronunciamento sobre um tema que poderia ser submetido à corte, por meio de um caso contencioso	244
5.5.7.3 Não deve utilizar como mecanismo para obter um pronunciamento indireto de um assunto em litígio ou controvérsia no nível interno	245
5.5.7.4 Não deve ser usada como um instrumento de debate político interno	246
5.5.7.5 Não deve abordar, de forma exclusiva, temas sobre os quais a corte já se manifestou	246
5.5.7.6 Não deve procurar a resolução de questão de fato, senão a revelação do sentido, propósito e razão das normas internacionais de direitos humanos e, acima de tudo, ser coadjuvante dos estados membros e órgãos para OEA, para o cumprimento, de maneira cabal e efetiva, de suas obrigações internacionais.....	247
5.6 O controle de convencionalidade eleitoral no México	248
5.6.1 A eficácia dos tratados internacionais sobre temas eleitorais no México - a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos	248
Conclusão	259
Referências Bibliográficas	271

Anexo 1 – Análise da Reforma Eleitoral a partir da Jurisprudência da Corte Interamericana.....	299
1. Introdução	299
2. A jurisprudência da corte interamericana sobre direitos políticos.....	299
3. As formas de restrição aos direitos políticos fundamentais	301
4. A reforma eleitoral de 2015 e (algumas de) suas desconformidades....	306